



Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1978.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bernardi e Edilson Alencar.

À hora regimental: é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer regime de urgência ao Projeto de Lei nº 197/78, que visa dar nova redação ao Artigo 65 da Lei nº 5849, de 25 de dezembro de 1968.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimentalmente permitida, dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução nº 287/78.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Londrina, da Senhora LUIZA CAVALCANTI, progenitora da Sra. Miriam Cavalcanti Alencar, esposa do ex-parlamentar Alencar Furtado.

Tal passamento vem de consternar a sociedade londrinense face aos dotes morais que a extinta imprimiu na sua vida, sem-

pre voltada aos altos interesses dos menos favorecidos e dos problemas sociais.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Vereador PEDRO VALDOMIRO KMITA, ocorrido no Município de Paula Freitas.

Pessoa largamente relacionada, perde um exemplo de dedicação e trabalho visto ter o Senhor Pedro Valdomiro Kmita exercido o mandato de Vereador daquele município, deixando portanto, seu falecimento, uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado um voto de congratulações à Direção da Rede Globo, pela apresentação do Programa "Globo Reporter", na data de ontem, expondo de maneira objetiva o problema da mortalidade infantil no Brasil, tendo como causa o acentuado estado de subnutrição de nossas classes menos favorecidas.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O problema abordado no programa "Globo Reporter", como todos sabem, infelizmente não é novo em nosso País. Lamentavelmente, a maioria das nossas autoridades, que teriam condições de resolver o problema, fazem questão de desconhecer-lo, de ignorá-lo, insensíveis ao que se passa no submundo de nossa sociedade. O programa "Globo Repórter" apresentou com muita propriedade o assunto, com destaque para a maneira objetiva como foram conduzidas as entrevistas. A solução proposta indubitavelmente não poderia ser outra: A REFORMA AGRÁRIA. O Movimento Sindical Trabalhista Rural, através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, que tenho a honra de presidir, e através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, vem propondo essa solução há quinze anos. É comprovado está: o maior problema de subnutrição não foi constatado entre as pessoas que vivem no interior, nos sítios, mas sim entre aqueles que se aglomeram nas periferias das cidades, onde proliferam os "bóias-frias", produto de uma estrutura agrária obsoleta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que a sessão do dia 18 do corrente mês seja realizada às 10:00 horas, em virtude da diplomação dos Srs. Deputados.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 293/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica elevado para 21 (vinte e um) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

Nossa Constituição Estadual estabelece:

"Art. 107 — O número de vereadores, sempre ímpar, será fixado por lei, em proporção que não excede de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a vinte e um.

O parágrafo único do artigo 28 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), prevê que essa fixação será procedida por lei estadual, levando-se em consideração o número de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições.

Segundo informações do egrégio Tribunal Eleitoral, o **Município de Cascavel contava em 15 de novembro do corrente ano**, com o número de eleitores suficientes para autorizar perfeitamente a nova fixação pretendida neste projeto de lei, fato que será comprovado oportunamente ao recebermos resposta ao ofício cuja cópia anexamos.

Conforme Ofício 678/75, recebido por esta Casa, de 19 de setembro de 1975, do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, ficou estabelecido que somente o Distrito de Cafelândia D'Oeste arrecadou em 1974, a expressiva quantia de Cr\$ 1.306.575,04, representando aproximadamente 0,05 por cento da arrecadação estadual daquele exercício, o que lhe daria estabilidade financeira para obter autonomia. Assim, não restam dúvidas de que o Município de Cascavel tem condições econômicas para arcar com o ônus decorrente da atualização do número de vereadores que deverão tomar assento na Câmara Municipal a partir da legislatura a iniciar-se em 1981, em decorrência das próximas eleições municipais.

Consta que o colégio eleitoral de Cascavel é superior a 73 mil eleitores, e a elevação do número de Vereadores de 15 (quinze) para 21 (vinte e um) é até imperativo constitucional, cuja iniciativa do processo legislativo é dos membros deste Poder.

E, como postulado do direito líquido e certo, espera-se a aprovação deste plano de lei. Aliás, já em 76 apresentamos e foi aprovado projeto elevando de 9 para 15 vereadores e, agora, pretende-se elevar de 15 para o seu limite constitucional de 21 cadeiras naquela Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As manchetes dos jornais de todo o País dispensam espaços consideráveis a um novo casuismo que está para nascer: a prorrogação dos mandatos municipais, de Prefeitos e Vereadores, nestes aproximadamente 4 mil municípios que existem no País.

Eu não sei se porque está agonizando o período de franca, aberta e declarada exceção, que hoje, a sua expressão maior, o AI-5, completa a sua primeira década.

Entretanto, Sr. Presidente, os porta-vozes do governo, nas Casas do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado da República, através das lideranças da Situação, falam abertamente, descontraidamente, do interesse que se já prevê

em prorrogar o mandato dos atuais Prefeitos e Vereadores de todo o Brasil.

Novo casuismo, nova fórmula, mais uma afronta à dignidade do povo brasileiro. Nada há que se justifique, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a prorrogação de mandatos, de mandatos que foram consagrados pelo juízo popular, por um período fixado nesta Constituição retalhada de quatro anos, e nada me convence ao menos a mim, de que a prorrogação de mandato possa ser benéfica para a Nação brasileira.

E o que é pior: quem foi eleito para cumprir um determinado período precisa ser renovado, e me posiciono desde logo, contrariamente à coincidência de eleições gerais no País. Sou frontalmente contrário às eleições de todos os níveis em uma única data, e justifico: os aproximadamente cinco milhões de votos nulos dados ao País expressam a evidência de que há uma enorme confusão no eleitorado brasileiro. Os casuismos frequentes, constantes, reiterados, do Governo da República, não se dão conta de que criam, nesta coincidência de mandatos, uma confusão ainda mais acentuada.

E é por isto que eu, pessoalmente, Sr. Presidente, acredito que é pernicioso aos objetivos nacionais, é pernicioso ao Regime Democrático, que se procura instalar no País, e é realmente uma importunação neste começo de assossegoamento da vida pública brasileira, que se vislumbra, que se persegue, que se busca, que se deseja o seu início a partir do dia primeiro de janeiro.

E mesmo observando as declarações deste Coronel, que é o Chefe de Gabinete da Imprensa da Presidência da República, quando ele diz, — se há ainda disposições legais de exceção em vigor, a qualquer momento elas podem ser acionadas, estes mecanismos podem ser acionados.

A eleição para Prefeitos e Vereadores foi feita para um prazo de quatro anos e por que então, o Governo, ao invés de prorrogação de mandato, não faz, mesmo dentro deste indesejado casuismo, eleições para um período de seis anos, nesta eventual coincidência?

De minha parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que a pior coisa em matéria eleitoral que se editará no País, é a coincidência de mandato e, se tivermos eleições para Governo, que eu pessoalmente não acredito e não tenho inspiração nenhuma de crédito no que faz o Governo, ao menos em termos de Constituição, em termos de eleições, em termos institucionais, nada me move a acreditar no Governo e nada me move também, a acreditar nas lideranças do Governo no Congresso Nacional, porque é tão absurda, tão ridícula esta situação no Brasil, que não dá, realmente não dá para acreditar que este casuismo impostor venha a se instalar a partir da próxima eleição, ou melhor, que se deixe de realizar as próximas eleições.

Estou com o que disse o Deputado João Cunha, lá de São Paulo, que — a prorrogação de mandatos é um atrevimento, é uma usurpação da ditadura, não gosta, a ditadura, não gosta de eleições, principalmente agora que sai mal nas urnas apesar da matemática do Coronel Ludwig, que veio para a televisão dizer que — a Arena teria ganho as eleições.

Vamos ficar com o jornalista da "Isto É", que disse, — não é bom quando o Olimpo ameaça, não é bom sair na chuva.

Deixo aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha posição, a minha colocação e me manifesto, intransigentemente, contra a prorrogação de qualquer tipo de mandato e, sobretudo de coincidência de mandato também.

Muito obrigado. — (**Com revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença nas galerias de honra da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de Sua Excelência o Deputado Federal Norton Macedo. Ao nosso ilustre visitante, agradecemos a sua presença.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Lázaro Dumont, se quer fazer uso da palavra no grande expediente. (**Assentimento**).

Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade de, a convite das Organizações Sindicais dos Estados Unidos, em 1972, fazermos uma visita àquele País. É uma das localidades que tivemos oportunidade de visitar, no Estado da Califórnia, aproximadamente a um cento e cinquenta quilômetros da cidade de São Francisco, foi onde se iniciou, nos Estados Unidos, um projeto de colonização agrária. Hoje, dentro do linguajar comum, seria a implantação da Reforma Agrária. O mais importante de tudo isso é que quem criou esta área do Estado da Califórnia, para se começar ali a Colonização, foi exatamente um dos maiores estadistas e dos maiores Presidentes que teve aquele País, que foi Abraham Lincoln e que todos nós sabemos, foi assassinado no ano de 1865, há cento e treze anos atrás. O Presidente que começou a Reforma Agrária nos Estados Unidos, foi assassinado. Isto vem demonstrar e comprovar porque aquele país tem hoje um desenvolvimento tão extraordinário, tanto no setor técnico, como no de produtividade na área rural, onde as estatísticas americanas dizem bastante. Um país que, com cinco por cento de população rural, produz alimento para toda a população, que hoje ultrapassa mais de duzentos milhões de habitantes e ainda distribui alimentos através de Programas do Governo para o mundo todo, inclusive para o nosso Estado.

Aqui no Brasil, principalmente aqueles que dirigem a política econômica, em especial no setor agrário brasileiro, vivem cantando em versos que o Brasil é o celeiro do mundo. E todo brasileiro, também e especialmente os paranaenses, costumam dizer: "assim como o Brasil é o celeiro do mundo (com o que eu concordo que poderia ser), o Estado do Paraná é o celeiro do Brasil".

Na metade deste ano, em plena estiagem, tive a oportunidade de visitar no Estado do Paraná, um município que com muita honra venho representando nesta Casa e, para felicidade minha, continuarei a representá-lo, porque tive a maioria dos votos. Estou falando de Fênix. Aqueles que conhecem aquela região, sabem que não precisa ser técnico para constatar a fertilidade do solo, praticamente de todo o Vale do Ivaí, com terras ricas de primeiríssima qualidade. Fênix é um município de uma topografia esplêndida para qualquer tipo de cultura.

Pois bem, naquele município, com terras ultra férteis, em pleno coração do Norte do Paraná (celeiro do Brasil), tivemos a oportunidade de visitar a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e assistir dentro do Estabelecimento, a distribuição de mantimentos, tais como: arroz, feijão, farinha de trigo, fubá e óleo à população mais carente. E, por incrível que possa parecer, as pessoas, todas elas, que ali estavam para receber aquela ajuda para poder sobreviver, provinham da zona rural e deveriam comer de sua própria produção agrícola.

Mas, o mais espantoso de tudo isso, não era o fato de serem trabalhadores rurais ou famílias de trabalhadores rurais que ali estavam em busca de auxílio, procurando receber de graça um pouco de arroz, feijão, milho, óleo de soja e fubá para matar a fome. O mais extraordinário, é que o alimento que se distribuía através da APMI de Fênix era exatamente produto americano.

Realmente, deixa-nos numa situação de perplexidade. Ainda ontem tivemos a oportunidade de ver e ouvir através da Rede Globo de Televisão (e por isso estamos apresentando um Requerimento nesta Casa), um Programa que, se não espelhou totalmente a realidade brasileira é porque essa realidade é muito pior ainda. A censura deve ter feito alguns cortes.

E não foi simplesmente um programa jornalístico, para criar uma imagem ou para aumentar o IBOPE de audiência. Foram, inclusive ouvidas autoridades, tanto do Estado de São Paulo como do Estado do Rio de Janeiro, Pernambuco, Distrito Federal, autoridades sobejamente conhecidas no território nacional e ligadas ao Governo, de tal forma que não poderão ser desacreditadas.

Quando dados estarrecedores de morte de crianças nos são apresentados; quando, por este Paraná afora, por este Brasil afora, muitos políticos, principalmente do meu Partido, desejavam angariar votos para que a nossa legenda se fortalecesse; quando se falava de desgraças, de guerras, de seqüestros e de tantas outras barbaridades que acontecem fora do Brasil, ouvi muito sobre o número alarmante de crianças e de adultos também que morrem de fome na Índia.

Pois bem, ouvi uma autoridade brasileira dizer no Programa de ontem da TV Globo, que temos regiões do Brasil onde o índice de mortalidade infantil supera o da própria Índia, onde, aproximadamente, quatro milhões de pessoas morrem de fome por ano. Um Programa que mostra que dos quinze milhões de crianças que morrem no mundo, de fome, anualmente, quase meio milhão são brasileiras.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estou na tribuna, hoje, para dramatizar um Programa apresentado ontem pela Rede Globo de Televisão. Absolutamente. E até me entristeço — como brasileiro — e até me envergonho de ser forçado a falar disto.

Estou aqui porque, há mais de quinze anos, ou até há mais de vinte anos, prega-se no Brasil a Reforma Agrária, que se constitui numa necessidade.

Antes de 64 não se fazia a Reforma Agrária, porque se intitulava uma Reforma Agrária subversiva, que só desejava, na época, a promoção do Governo que estava no Poder.

Veio a Revolução de 1964. O saudoso Presidente Castelo Branco deu um instrumento legal aos demais Governos que o sucederam, que é o Estatuto da Terra.

Estatuto da Terra que criou o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — que mais tarde deixou de ser o IBRA para, em fusão com o INDA, formar o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Aliás, até em nosso meio sindical é comum a ironia de que a sigla INCRA significa "Instituto Nacional Contra a Reforma Agrária".

E hoje, mais que ontem, estamos convictos da necessidade da Reforma Agrária em nosso País.

Quando começamos nosso pronunciamento dissemos que há mais de cem anos um país que teve visão é tido hoje como modelo econômico para o mundo inteiro. E sua força econômica iniciou com um Projeto de Colonização Agrária.

Se num País, já no auge de seu poderio econômico, principalmente no setor de industrialização e de alta tecnologia, a exemplo dos Estados Unidos, o saudoso Presidente Kennedy, no seu discurso de posse, acentuou: "Nenhum País pode ser considerado forte se não tiver uma agricultura mais forte ainda", quer dizer do Brasil, onde a economia está basicamente alicerçada na agricultura. Está aí a necessidade urgente de uma Reforma Agrária.

E ontem, aquelas autoridades consultadas sobre o assunto, como solução para o problema da mortalidade infantil indicaram a distribuição racional das terras deste país, país de dimensões continentais, como se propaga por aí, mas que tem oitenta por cento de suas terras concentradas nas mãos das multinacionais, de grupos econômicos: mesmo nacionais, onde oitenta por cento de seus proprietários detêm em suas mãos e em apenas mais de vinte por cento da sua área se produz agricultura.

Então, é necessário, e não só para se resolver o problema da mortalidade infantil não, também do menor abandonado,

abandonados, com 10, 12, 15 anos de idade, meninos e meninas. O quê será de nosso País amanhã, quando a gente está constatando que a criminalidade aumenta a cada dia que passa, quando se percebe que a nossa Força Policial está cada vez mais impotente para combater o crime neste País? Então, como dizia, urge a tomada de providências enérgicas.

A população rural, através de uma mecanização não racional, está sendo expulsa da terra e forçada a ir para as cidades, onde, nas periferias, passam a engrossar o número de favelados, para os quais não existe escola, nem as mínimas condições de higiene (não tem privada para fazer as necessidades fisiológicas, não tem água encanada, não tem luz, nenhum conforto, absolutamente nenhum). Hoje são milhões que assim vivem. Antigamente, e já tive oportunidade de dizer isto aqui antes, favela era motivo e tema de inspiração para os poetas. Temos músicas e versos lindos sobre o gênero. Hoje, favela não é mais privilégio do Rio de Janeiro ou de São Paulo, não é mais privilégio dos morros. As favelas hoje são encontradas em todos os municípios de nosso Estado, pelo interior de todo esse Brasil afora, às margens das rodovias.

Se nós estamos aqui apresentando um requerimento de congratulações à Rede Globo pelo seu Programa de ontem é porque achamos que o aludido Programa confirmou aquilo que o Movimento Sindical vem, há muito tempo, reivindicando como solução, não só social para este País, mas solução econômica também. Solução para aqueles que estão morrendo de fome.

Ainda ontem, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, fazia referência à fome do trabalhador, em seu discurso de posse. O mundo todo fala em fome, o mundo todo se comove quando se apresenta um estado calamitoso como este que estamos vivendo mas, lamentavelmente, as leis estão no papel para serem cumpridas. Se hoje temos uma porção de Ato, existe também um Ato para se fazer a Reforma Agrária, que é o Ato Institucional n.º 9, Ato que pouca gente conhece, que pouca gente sabe que existe. Ato que jamais foi usado neste País, baixado pelo saudoso Presidente Costa e Silva.

Então Srs. Presidente e Srs. Deputados, nós que vivemos e fazemos a nossa política na zona rural, e todos os senhores sabem disso, sentimos uma profunda tristeza quando, ao voltarmos a algumas regiões onde há 3, 4, 5, 8 anos atrás encontrávamos milhares de trabalhadores, encontramos apenas casas vazias, ausência de cafezais, terra nua para receber a soja e o verde da grama para receber o pé do boi, expulsando o homem de sua terra.

Há necessidade, realmente, de uma tomada de posição, e nós esperamos, sinceramente que, depois do pronunciamento corajoso de algumas autoridades no Programa de ontem, Globo Repórter, Programa que quase com certeza os Srs. Ministros e o Sr. Presidente da República assistiram e principalmente o futuro Presidente do Brasil, que essas autoridades, tenham se conscientizado da necessidade urgente de se fazer uma Reforma Agrária.

E para se fazer uma Reforma Agrária neste País não é necessário devastar a Amazônia e, mais ainda, fato que com muita tristeza estamos ouvindo falar, querem vender a nossa Amazônia, as nossas matas, quando se faz tanta campanha para o equilíbrio ecológico, para continuação das nossas florestas nativas, para o reflorestamento, querem desmatar a Amazônia. Pelo menos se fosse para levar o homem para trabalhar em condições dignas, inclusive de comercialização, não como foi feito na abertura da Transamazônia, com o Projeto de Colonização que foi feito, desde o início todos sabiam que não ia dar certo, menos os técnicos que levaram para lá centenas de famílias e que muitas delas hoje estão morando nas favelas das cidades distantes aqui do Paraná.

Pelo menos se se fizesse um Projeto de Reforma Agrária na Amazônia, para fazer com que esse povo, que hoje passa

fome, pudesse produzir, realmente, alimentos não só para o Brasil, mas alimentos para o mundo, exportar e matar a fome de tanta gente por esse mundo afora.

Como sabemos e alguns companheiros nossos de ambos os Partidos chegaram a ir lá fazer Campanha Política, quantos brasileiros estão produzindo no Paraguai. É o nosso homem que está indo para outro país, é o nosso "know how", como diriam os técnicos, que está sendo exportado gratuitamente.

Se pudéssemos, ao menos, aproveitar esse homens hoje, esses homens que vão ser expulsos de suas terras com as inundações de Itaipu e de tantos outros Projetos deste Paraná, a gente poderia até aplaudir um certo desmatamento da Amazônia, mas não da forma como querem fazer, sem qualquer proteção ao homem rural de nosso País.

Tem o aparte o nobre Deputado Fidelcino Tolentino:

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência não me surpreende com essa posição que ocupa hoje na Tribuna, mas me deixa preocupado, porque eu penso que nós estamos vivendo realmente um período de transição e essa transição se opera na necessidade, na intuição e na imaginação dos homens que estão enxergando que as favelas não foram construídas agora, por último, elas são antigas e, também voltando um pouquinho na nossa história, pelo menos nas histórias mais modernas de uns 14 anos para cá, houve aí um propalado milagre econômico brasileiro.

Eu não sei com quem Vossa Excelência pode esposar a tese da contestação desse milagre ou da exaltação desse milagre, mas me parece que Vossa Excelência sempre tem vindo a esta Tribuna. É pena que Vossa Excelência às vezes demora para vir a esta Tribuna e corroborar exatamente o pensamento das oposições brasileiras que hoje estão alinhadas no MDB, e quando Vossa Excelência fala que precisa haver uma conscientização, uma modernização, uma real Reforma Agrária, eu, às vezes, penso que esse termo — Reforma Agrária —, e estes termos todos — Estatuto da Terra —, dá a impressão que nós estamos vivendo um período de caça, como aconteceu a um certo tempo e que alguns termos de nosso vernáculo não podiam ser usados.

Parece-me que realmente a coisa está prenunciando tempos novos, e é para louvar Vossa Excelência, pela coragem de Vossa Excelência em ocupar a Tribuna e também expressar aqui nesta Casa, com liberdade, o pensamento que hoje é dominante em toda a sociedade brasileira, de que nós vivemos numa crise aguda profunda e quase sem recursos e Vossa Excelência mesmo que faz parte de uma organização de trabalhadores, do Sindicato de Trabalhadores, e pertence às fileiras do Partido do Governo, vem reconhecer que o que estão querendo fazer com a Amazônia é qualquer coisa de sobrehumano, porque o pensamento como está, a dominar a área oficial das autoridades específicas desse setor, é o maior absurdo que se registrará na História Brasileira. E aqui Vossa Excelência reconhece o exagero da dívida externa a compelir as autoridades, talvez seja esta a tranqüilidade da chamada hoje prioridade do Estado sobre o cidadão brasileiro, sobre a Nação Brasileira.

É realmente, Deputado Lázaro Dumont, surpreendente que Vossa Excelência venha esposar uma tese que nós já estamos cansados de laborar, de carregar esta cruz, de carregar o peso dessa dificuldade e Vossa Excelência vem à Tribuna da Assembléia, hoje, para dizer que, realmente, algumas autoridades estão declarando em entrevistas públicas; mas, não fizeram isto antes das eleições, não tiveram coragem de fazer antes das eleições, porque talvez se viessem a usar a televisão, ao invés de fazer, de levar ao ar nas televisões as inaugurações, as obras gigantescas, se levassem temas verdadeiros, se levassem temas reais de grande necessidade de se levar ao conhecimento da Nação Brasileira, o resultado das eleições, ao menos em muitos Estados carentes, sofridos, humilhados, onde milhões de crianças estão perecendo, morrendo de fome todos os dias, talvez tivesse

uma outra fisionomia e talvez o Governo também mudasse o seu lema na orientação da Administração Pública.

Muito obrigado e parabéns Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, nobre Deputado.

Para terminar, Sr. Presidente, eu só gostaria nesta oportunidade, o ano que vem está aí, será o "Ano Internacional da Criança", declarado pela "Organização das Nações Unidas". As Emissoras de Televisão brasileiras declaram que será o "Ano 1 da Criança Brasileira". Lamentamos que estejamos vivendo o "Ano Zero" da Criança Brasileira. Esperamos que o "Ano 1", que será 1979 ainda, que seja realmente um marco para o menor, para a criança brasileira. Mas não somente com mensagens otimistas como são aquelas de se dar um presente ao nosso filho, de se dar um sorriso na hora que levantamos da nossa cama, mas que também o Governo e aqueles que podem dêem alguma coisa de si em favor do menor deste País, que tanto precisa e de que tanto necessita para o engrandecimento de nossa Pátria, principalmente esses milhões de menores que vagam por aí. Ainda voltando um pouco atrás, num mesmo programa jornalístico da Rede Globo, foi citado que contamos com aproximadamente mais de dez milhões de menores carentes e abandonados que vivem pelas cidades brasileiras, hoje.

Que o Ano de 79, o "Ano 1 da Criança Brasileira" seja, realmente, um marco para que daqui a dez anos, quinze anos, quando muitos desses menores abandonados puderem sentar num banco de uma universidade ou de qualquer outro estabelecimento de ensino, possam lembrar, com orgulho, que alguma coisa foi feita quando ele mais necessitava, quando ele mais abandonado se encontrava.

Com o aparte o nobre Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Eu quero me parabenizar com Vossa

Excelência e me incorporar a vossa brilhante manifestação de patriotismo. Infelizmente, não o faço com o mesmo otimismo com que Vossa Excelência o faz. Pretendo para este País coisas melhores. Assisti, há algum tempo, entristecido, e o Brasil todo assistiu, quando o Presidente Geisel, quase às lágrimas, teve de admitir os contratos de risco e se dirigir à Nação dizendo que o fazia constrangido e muito a contra gosto. Nos últimos dias começaram a aparecer os contratos de risco sobre a Amazônia. Infelizmente, este velho pessimista acredita que nós iremos perder também um pedaço da Amazônia. Porque os desmentidos já vieram e como se diz na gíria futebolística, o técnico está prestigiado. Se de um lado o IBDF negou, já o Superintendente da SUDAN diz que os trabalhos estão avançados e que isso ocorrerá. O Ministro vem à televisão diz que é mentira, e quando começa a aparecer fumaça existe fogo. Eu remeteria aos nobres Deputados desta Casa o último número de "O Movimento", onde uma denúncia muito mais grave do que os Contratos de Risco sobre a Amazônia já está sendo feita, e feita e confirmada pelo ilustre representante do Sr. Daniel Ludwig no Brasil, quando esse representante, numa Reunião feita em São Paulo, simples e puramente diz o seguinte: que a Fazenda do Sr. Ludwig deverá ser internacionalizada. E disse isso durante uma Conferência. E disse isso durante uma Conferência em São Paulo, Brasil.

Que as Fazendas que o ilustre americano, o homem mais rico do mundo, possui no Brasil, deverão, no futuro, ser internacionalizadas. Traz, inclusive, o Jornal, "O Movimento", o mapa das Fazendas, que nem o Governo Brasileiro sabe quanta terra importa.

Por isso eu, pessimista que sou, estou vendo com maus olhos; estou vendo o atual Presidente ou o futuro, também de lágrimas nos olhos, talvez, não sei se lágrimas de crocodilo ou não, vir à televisão admitir que teve de entregar a Amazônia, porque já entregaram.

E o senhor disse muito bem, já entregaram às multinacionais; e o brasileiro vai para o Paraguai porque aqui no Brasil não tem como ficar por causa dessa tecnoburocracia, ou

"tecnoburocracia" que existe no Brasil, porque quando a gente é obrigado a assistir, como nós assistimos, o Coordenador do INCRA do Paraná admitir que levará cem anos para entregar todos os títulos da Fronteira do Sudoeste do Paraná ou do Oeste do Paraná, da Fronteira do Oeste do Paraná, se não for colocada uma nova repartição, um novo cabide de emprego na minha cidade, Francisco Beltrão, quando a gente tem de ouvir e de admitir que por dia o INCRA, com toda a sua estrutura, entrega apenas sete títulos, porque ele deu um número de dois mil e seiscentos títulos durante todo um ano.

É lastimável e a gente fica pessimista. Agora eu vou convocá-lo para uma verdadeira revolução, o senhor que é Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de nosso Estado, eu o convoco Ilustre Presidente da FETAEP, para nós impedirmos que o INCRA vá lá tentar, lá no Sudoeste do Paraná, tentar fazer revalidação de títulos, porque vai mexer onde o homem está pacificado. Mostrando a sua incompetência, o INCRA vai lá medir terras, mostrando a vontade do empreguismo, o INCRA manda funcionários para lá, para fazer a revallidação, para engordar mais escrivães, mais cartorários, mais toda essa plêiade de funcionários burocratas, que empestiaram este País. E durante minha Campanha, Deputado, eu fiz uma promessa para comigo mesmo: na área em que o GETSOP entrou e que o INCRA pretende revalidar títulos, nenhum colono irá revalidar, porque eu conclamei o povo de minha região a pegar em armas contra funcionários que lá forem. E eu irei liderar se for necessário. Porque chega, há que se dizer um basta a essa "tecnoburocracia" que aí se encontra.

Chega de termos de ouvir do Coordenador do INCRA que de 1964 a 1978 apenas dois mil e poucos títulos são expedidos em média, por ano.

Não se trata de fazer revolução, não se trata de jogar irmãos contra irmãos. Trata-se de proteger o patrimônio do colono que está fazendo a grandeza deste Estado.

E Vossa Excelência, para mostrarmos a este País que nesta terra tem dono, está convocando, através dos Sindicatos junto aos quais Vossa Excelência tem grande influência, a fazermos o que fizeram com as Notas Promissórias Rurais, enquanto aqui se achavam fórmulas, fórmulas que não levaram a nada. E o povo de minha terra eu simples e puramente instrui que não pagassem os bancos. E lá não se pagou, e lá não se pagará, porque eu quero ver os bancos tirarem as terras dos colonos, quero ver gerente de banco capinando e plantando soja, ele não irá. Por isso, eu acho que a solução é esta. E de um pessimista, um pessimista que já viu entregar o petróleo, que vai ver entregar as matas. Vão entregar o Brasil. Eu só lastimo, declarando meu voto favorável ao vosso requerimento, que eu não possa incluir uma cláusula, dando também os parabéns à Rede Globo por aquele grande Programa que deveria ter saído às vésperas das eleições, no dia 14 de novembro, o Programa que iria mostrar o problema da delinquência infantil na nossa terra, o Programa "Wilsinho da Galiléia" que, infelizmente, a ditadura não permitiu que o brasileiro visse.

Meus parabéns a Vossa Excelência e o convite para que mostremos, aos que pensam ser poderosos, que aqui nesta terra tem dono.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Deni Schwartz, só gostaria de dizer a Vossa Excelência que, pelo menos, ainda admito que existem fórmulas melhores e muito mais racionais do que pegar nas armas para defender os direitos. Mas quero dizer a Vossa Excelência que no caso da região de fronteira nós já estamos empenhados há algum tempo no que diz respeito à entrega de novos títulos.

E, encerrando, Sr. Presidente, porque o nosso tempo já está esgotado, gostaria de conclamar, realmente, esta Casa, para que possamos, como solução, não só, como já disse, da

mortalidade infantil neste País, mas, principalmente, solução econômica definitiva para o homem rural e para o homem que mora na cidade, para o consumidor de baixa renda. É, sem dúvida nenhuma, a instituição do projeto de Reforma Agrária. Que venha, de fato, dar condições àquele homem que trabalha na terra, sem ter a terra, de poder produzir, e junto de outros milhões de brasileiros fazer deste País, aquilo que tanto se apregoa e se deseja — "Brasil, celeiro do mundo" — e que poderá mandar alimentos para todas as partes do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o horário que é reservado à bancada. (**Declina**).

Tendo declinado, consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o horário que lhe é reservado. (**Assentimento**).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dez anos, nesta data, registrava-se na História brasileira, um dos acontecimentos mais marcantes. É verdade que os fatos históricos, para terem a verdadeira delimitação que representam dentro de um contexto histórico, há necessidade do caminhar dos dias, do caminhar dos anos. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a instituição do Ato Institucional número 5 passou a tumultuar a vida civilizada da nação brasileira; porque, com a edição de um instrumento legal, inculcado e baseado na força dos que estavam no Poder, sofreu, não apenas atividade parlamentar, um retrocesso muito grande, mas sofreu a Justiça brasileira, sofreu enfim toda a Nação brasileira.

Hoje, dez anos são passados e se anunciam leis aprovadas já dão a certeza de que este Ato será banido da Legislação, de que os atos de arbítrio e de exceção não mais figurarão no elenco que possibilita ao Governo criar direito até inexistente. Sr. Presidente, nós do MDB, que fomos nestes dez anos, o principal alvo deste verdadeiro canhão apontado para a tribuna parlamentar. Porque o AI-5 não deixou de ser nada mais e nada menos do que isso: — um canhão apontado para a tribuna parlamentar, nós que fornecemos o maior número de vítimas para que o arbítrio se fizesse sentir, com toda a sua fome e com toda a sua brutalidade, nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta mesma tribuna e neste mesmo Parlamento, tivemos grandes brasileiros vítimas deste arbítrio, ao ver o aniversário triste e lamentável, é verdade, desta instituição de arbítrio, nos rejubilamos, porque o AI-5 não caiu pela benevolência dos que estavam no poder. Mas cada centímetro, cada milímetro, da derrubada do AI-5, foi mais graças ao inconformismo, a luta pelo Estado de Direito, daqueles que mesmo tendo um canhão apontado para si, não pararam de clamar, de que havia necessidade de a Nação se encontrar com o Direito, de a Nação se encontrar com as regras civilizadas, que o direito de cada um deveria ser observado, deveria ser respeitado.

Por isso, Sr. Presidente, ao comemorar esta data inglória para o Brasil, é verdade, mas também auspiciosa, porque vemos o fim de uma fase negra, de uma fase lamentável. De uma fase, podemos dizer, em que não houve justiça em que não houve direito nesta Pátria. Porque a lei se representa o Direito e tem o princípio básico de que todos são iguais perante a lei, não existiu lei no AI-5, porque o Presidente da República não é igual aos outros no Brasil, que os Presidentes do AI-5, sempre estiveram acima da lei.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos estertores do arbítrio nesta fase em que prenuncia novos horizontes para a Nação brasileira, nós registramos o fato, para que ele mesmo fique assentado da verdadeira inutilidade que foi o arbítrio elevado à categoria de instrumento legal, porque sempre que se argumentou que para combater a corrupção haveria necessidade de instrumentos eficazes, rápidos, para que o

Governo pudesse se antepor aos inteligentes corruptos, — porque esta é a versão oficial, de que os corruptos são inteligentes e o Governo não tinha armas para combater esta espécie de gente. É bom destacar aqui um artigo de jornal, que demonstra com evidência, que mesmo para a corrupção, o AI-5 foi ineficaz.

"Às vésperas do último aniversário do malfadado AI-5, que hoje transcorre, o presidente Geisel voltou a utilizar seus poderes excepcionais para seqüestrar os bens do antigo reitor da Universidade do Amazonas. O arbítrio nunca se justifica; entretanto, no caso em tela, as circunstâncias parecem indicar que a iniquidade atingiu seu grau mais elevado.

De acordo com o noticiário da imprensa, o punido está aposentado como juiz há vinte anos, e deixou seu cargo na Universidade há oito anos. Ora, sendo o confisco uma pena para enriquecimento ilícito no exercício de função pública, não se pode fugir a evidência de que os delitos alegados ocorreram há quase uma década, e que os procedimentos inquisitoriais se arrastaram por todo esse tempo.

Se a memória não falha, uma das razões mais invocadas para justificar a existência de instrumentos penais no AI-5 é a morosidade dos processos normais no Judiciário. As cassações, suspensões de direitos e seqüestro de bens seriam uma espécie de via rápida para a aplicação da Justiça, abrindo aos governantes a possibilidade de reparar imediatamente os danos causados ao Erário, ou de afastar liminarmente as personalidades inconvenientes à vida pública. Como se explica, então, a demora de oito anos para o apenamento?

Parece inquestionável que, em tal prazo, a Justiça faria um processo dentro das regras impostas pela civilização, dando amplo direito de defesa ao acusado antes de decidir pela existência ou não de culpa. Muito provavelmente, o Judiciário chegaria a suas próprias conclusões em menos tempo que o Executivo, e sua sentença teria um peso que a punição arbitrária jamais obterá. Além disto, deve-se lembrar que, se os magistrados apurassem o enriquecimento ilícito, o seqüestro apareceria como pena acessória, pois o autor seria condenado à prisão. Enquadrado pelo AI-5, ele perde os bens, mas continua em liberdade. Se ele é realmente culpado, além de tardia, a justiça veio apenas pela metade.

A utilização do AI-5 no caso, foi tão desastrosa que chega a deixar dúvidas sobre seus verdadeiros objetivos. O ressarcimento do Tesouro pode ter sido um expediente adotado pelo Chefe do Governo para avisar o distinto público que o instrumento revolucionário, embora condenado à morte, continuará em vigência até o último minuto do dia 31. E, dado o caráter da punição, o retrospecto é deveras alarmante; o Sr. Ernesto Geisel acionou o ato, pela primeira vez, exatamente para punir deslizes administrativos em um longínquo território. Depois é que ele caiu sobre o mundo político, reiniciando o ciclo suspenso durante a administração Médici. Se o procedimento foi tático, e obedeceu aos mesmos princípios que ditaram as ações anteriores, talvez tenhamos uma espécie de trem da tristeza para que o AI-5 não seja esquecido tão facilmente."

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica a prova evidente de que o AI-5 nunca existiu para combater a corrupção, mas, sim, foi um canhão voltado contra o Poder Legislativo e contra o Poder Judiciário.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Está finda a leitura do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Accioly Neto, constante do expediente.

Necessita de apoio. — **Apoiado** — Irá à Comissão de Consti-

tuição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 287/78, de autoria da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, que aprova conclusões constantes do Relatório final da referida Comissão que apurou fatos relacionados com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Paraná.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 124/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 210/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de PIÊN, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 125/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 211/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de PALMAS, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 213/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de MARINGÁ, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 215/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de DOIS VIZINHOS, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 217/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Cornélio Procopio, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 232/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 209/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CASCAVEL, objetivando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 233/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 219/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de PALMEIRA, objetivando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 241/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 232/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de BARRAÇÃO, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 242/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 261/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de IPORÃ, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 243/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 275/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MAMBORÉ, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 244/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 276/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MANDAGUAÍ, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 245/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 277/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MANDIRITUBA, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 246/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 285/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 247/78, de

autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 286/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de NOVA CANTU, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 248/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 287/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 249/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 302/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PRUDENTÓPOLIS, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 250/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 306/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de REALEZA, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 251/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 287/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de REBOUÇAS, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 252/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 308/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de RENASCENÇA, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 253/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 309/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de RIO AZUL, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 283/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 108/78, ex-Proposição n.º 412/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diver-

sos municípios paranaenses, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 248/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 109/78, ex-Proposição n.º 413/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 286/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 233/78, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de BOA ESPERANÇA, objetivando a implementação do PROJETO LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando que a sessão do dia 18 do corrente mês, seja realizada às 10:00 horas, em virtude da diplomação dos Srs. Deputados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Pedro Valdomiro Kmita, ocorrido no Município de Paula Freitas — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 287/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 197/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Luiza Cavalcanti. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção da Rede Globo, pela apresentação do Programa "Globo Reporter", expondo de maneira objetiva o problema da mortalidade infantil no Brasil. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 124 a 128/78, 232, 233, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 283, 284 e 286/78, marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 15, às: 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 46, 58, 66, 78, 81, 92, 93, 96, 99, 101, 104, 113, 117, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150 e 287/78.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/78.

Levanta-se a sessão.